

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A organização nacional e o município

RAFAEL XAVIER

Iniciando a vida desta nossa secção permanente, temos a satisfação de publicar a conferência proferida na solenidade de instalação da Comissão Nacional Organizadora da Associação Brasileira dos Municípios, em 15 de março de 1946, onde o autor salienta, com os números à dextra, a situação calamitosa de nossos municípios e o profundo desajustamento social a que a persistência em antigos erros quanto à administração municipal nos está levando. (N.R.)

A INSTALAÇÃO solene da Comissão Nacional Organizadora da Associação Brasileira dos Municípios, designada pela Comissão Panamericana de Cooperação Intermunicipal da Junta Diretiva do Congresso Interamericano de Municípios, tem uma importância flagrante no atual momento da vida política do País.

Marcamos, hoje, o início de uma nova era no estudo das soluções de um problema justamente considerado como fundamental para a nacionalidade.

Pretende a Comissão, apoiada no sentimento patriótico e na clarividência de uma plêiade de homens de projeção nos múltiplos campos de atividade pública, lançar as bases da Associação Brasileira dos Municípios, dentro do mesmo espírito de cooperação panamericana que deu origem às organizações semelhantes dos demais países do Continente, respeitadas as peculiaridades que definem nossa orientação e as imposições de nossa geografia demográfica e econômica.

Associações desse tipo existem em todos os grandes países e os resultados práticos obtidos, não só para os diferentes e complexos assuntos de natureza puramente administrativa, como para problemas técnicos, de assistência social, de fomento da produção, de ensino, de educação, de saúde, compreendendo, enfim, todo o âmbito da vida própria de uma comunidade, constituem o segredo da existência política e da vitalidade econômica das unidades componentes do quadro político-administrativo das nações organizadas.

Estamos certos nós, que recebemos o elevado encargo conferido pelo Comité Executivo da Comissão Panamericana, e estou certo, eu, distinguido pelo escôlha excepcionalmente honrosa de meus companheiros de ideal, do êxito de nossos esforços e da beleza da obra que levaremos a cabo, em prol do Brasil, pela dignificação de seus Municípios, como base do revigoramento de suas instituições.

Senhores, só os que se detêm no cenário de nossas várias etapas históricas, para o exame das grandes lutas travadas por aquêles que viram e vêem claro o ambiente conturbado da formação nacional, podem sentir, emocionados, a enormidade do erro perpetrado contra os interesses do País, com a implantação de normas políticas atentatórias à vida de suas células primárias.

Além de desviarem o rumo político do sistema federativo, que é a base da estrutura estatal que adotamos, cometeram nossos estadistas erro mais grave, contrariando as tradições que, claramente, orientavam a política do País, no sentido de sua interiorização, pela ocupação e utilização do vasto território que nos fôra legado.

Ao contrário do que era lógico, fomentamos, ampliamos e forcejamos por manter uma centralização absurda de valores, que hoje se constitui no mais grave e difícil dos problemas brasileiros, a se tornar cada dia mais aflitivo e perigoso.

Certamente, muitas e diversas são as causas presentes e pretéritas dessa lamentável situação; entretanto, uma ressalta, de imediato, como das mais salientes, senão a principal — o esgotamento progressivo e inconsciente da capacidade financeira dos Municípios, elevados, em nossas leis magnas e na expressão conselheiral dos manifestos ou das oratórias eleitorais, à categoria de células da nacionalidade, mas efetivamente não passando de meros feudos explorados e anulados pela voracidade dos gastos suntuários do parasitismo burocrático instalado nas Capitais.

A prática destruiu, de plano, aquela bela concepção de arte política que foi o idealismo republicano. Ficámos, mais uma vez, no domínio do romantismo, sem nenhuma ligação com os fatos e as realidades.

Parece que nos persegue, como um fatalismo histórico de nossa formação racial, aquela preocupação permanente de tirar proveito máximo e apressado das coisas e dos fatos, superficialmente, sem atentar para as conseqüências e para o futuro, na ânsia incontida e fútil de viver intensamente. Não criámos, assim, obra de ordem política pela associação de interesses que se objetivam na estruturação da nacionalidade sem preocupações utilitárias e momentâneas.

Falta-nos o sentido filosófico de uma concepção jurídica adequada aos nossos defeitos e virtudes e às condições naturais de nossa fisionomia geográfica, econômica e social.

Uma espécie de narcisismo nos dominou em todas as épocas. Embevecidos por uma riqueza inexistente, nos iludimos e iludimos aos outros. Criámos, ou melhor, improvisámos uma construção administrativa, social e política em completo desacôrdo com a nossa pobreza econômica.

Custe, embora, aos sentimentos mais vivos de nosso orgulho nacional, já é tempo de demonstrarmos umas tantas verdades objetivas para procurarmos, com seriedade, esforço e compreensão as medidas salvadoras que se impõem na estruturação de nossa obra de construção política.

Poderá parecer-vos exagerado o quadro que vou tentar expor sobre a situação brasileira. Não me move amargurado pessimismo, mas espero que êle traduza a realidade buscada, por imposição profissional, em horas porfiadas de estudo, de meditação e de análise, em tôrno dos aspectos de nossa vida econômica e social.

O mais ligeiro exame dos números alusivos à nossa produção é suficiente para caracterizá-la nitidamente entre as do tipo colonial — Que produz o Brasil? Café, milho, arroz, mandioca, cana de açúcar, cacau, batata doce, madeira, frutas tropicais, frutos oleaginosos, produtos extrativos vegetais, produtos extrativos minerais, etc.

Observando o quadro dêsses produtos, suas qualidades e rendimentos, só encontramos símiles em colônias asiáticas e africanas e nalgumas colônias

e poucas nações sulamericanas. Nenhum produto fundamental, daqueles que, por sua valia no mercado internacional, pela generalidade de sua aceitação e procura, ou pelo volume e qualidade, promovem e asseguram estabilidade econômica, sem as alternativas de que é farta nossa história.

Com uma produção de sobre-mesa — café, cacau, frutas tropicais, mate, açúcar —, ou de economia complementar — matérias primas vegetais e minerais, conseguidas em condições precárias para suprimento de deficiências, principalmente nos períodos de guerra, nenhum dos nossos produtos pode, a título permanente, entrar em linha na competição internacional.

Até bem pouco era o café o único que, pela sua massa, pesava decisivamente em nossas relações de troca. Ao Brasil cabia a fixação da orientação mundial de seu comércio, dêle retirando os saldos para suas obrigações internacionais e dêle ainda se servindo para a manutenção de uma vida perdulária de gastos sem medida, sacando, desordenadamente, contra o futuro. Essa desastrada política financeira levou o País a tornar-se presa fácil da gana do capitalismo internacional que nos expoliou por meio de empréstimos, cuja história é uma demonstração de ignorância e má fé ou de primarismo de muitos dos nossos homens públicos.

O café está praticamente perdido para o Brasil. Mais outra triste página de incapacidade a se inscrever no ativo dos erros dos nossos chamados estadistas.

Em 1935 dava eu à publicidade um estudo que se me afigurava de repercussão na política cafeeira do Brasil — "O Café na Economia Mundial". Mais de quatrocentas tabelas estatísticas, com abundância de dados em séries sistemáticas e gráficos-esclarecedores, mostravam nossa posição perigosa e a violenta entrada, nos mercados consumidores, dos cafés coloniais e dos países concorrentes, à custa de uma política de inépcia que nos tolhia a produção e o domínio dos mercados, e que redundou em benefício dos interesses das nações colonizadoras.

Não houve apêlo ao bom senso, nem alarma que sacudisse a estulta ignorância ou a criminosa indiferença dos homens a quem se entregara a sorte do produto, que era realmente, o sustentáculo de nossa economia, apesar dos erros de orientação e da falta de técnica agrônômica na melhoria de seu

rendimento e qualidade. Em vez de um trabalho de reajustamento técnico-econômico da produção, colaborámos com os nossos concorrentes na obra de nossa própria destruição.

Previ, para dentro do período de vinte a vinte e cinco anos, a contar daquela época de 1935, a perda total de nossos mercados. O gráfico que vos apresento é uma prova de acerto daquela triste previsão — Em 1944, nossa produção foi praticamente igual à exportação — 800.000 toneladas produzidas, 802.000 toneladas exportadas...

Parece que já podemos assegurar o encerramento do ciclo do café na história econômica nacional. Não tardará que sejamos compelidos a importar a rubiácea colombiana para cobrir os *deficits* de nossa produção.

A análise, mesmo superficial, do comércio internacional brasileiro põe em evidência também a característica primária de nossa economia tipicamente colonial e de suprimento. Comparada com os quadros internacionais, vamos encontrar tipos semelhantes de economia na Polinésia, Indochina, Java, Havaí, Índia, China, etc. Como vivem as populações dessas regiões? Em estado ainda primitivo em sua quase generalidade. Padrão de vida baixo, vida política, administrativa e social correspondentes às condições desse mesmo estado.

No Brasil existe um abismo entre a pobreza de sua economia e o padrão de vida, sob todos os aspectos, de suas metrópoles. A ilusão fatal de riquezas potenciais e de recursos inesgotáveis nos mantinha em permanente estado de euforia patriótica. Embalados num irrealismo romântico, visionando o mundo através de uma elite diminuta de letrados brilhantes, criáramos na imaginação um mundo de fantasias, consequência histórica do entusiasmo epistolar de Pero Vaz Caminha, dos caçadores de esmeralda, das patacas encontradas e abundantes e do ufanismo contemporâneo...

Quando, nos períodos críticos, nos deparávamos com a realidade, a responsabilidade se transferia à massa ignorante e incapaz que povoava e povoa o território nacional — gente preguiçosa, indolente, incapaz... O parasitismo rebelava-se contra o servo da gleba, que não produz mais para o saciamento de sua voracidade de luxo e conforto, para a manutenção de uma metrópole de alto padrão social e administrativo em contraste com aquela miséria interior, cada vez mais entorpecida pela ignorância,

pelo regime de trabalho escravo. E o infeliz abandonado se mantém ainda, por um milagre de resistência orgânica, sem terra, sem lar, sem vida nessa imensa extensão desocupada e inútil, como se fôra um tremendo anátema à cruel incapacidade nacional de resolver os mais elementares problemas de vida simples de seu povo.

O gritante espetáculo da atual situação econômica é bem o reflexo desta dura verdade: manifesta incapacidade diretiva que vem se acumulando em erros desacertos, egoismos e psamosa ignorância, desde a colônia até nossos dias.

“País sem organização”, na frase alarmada de Tôrres, sem elites educadas na consciência de seus problemas, de homens superficiais, que ao primeiro contato com a vida envolvente e fútil das metrópoles se esquecem das angústias e dificuldades das populações interiores e se esforçam para aumentar as causas desse inominável desajustamento.

Doze anos atrás, um sinal de alerta foi dado na Constituinte de 34 por um grupo de parlamentares que conseguiram romper a penumbra política de então, tendo a prestigiá-los a autoridade moral de Juarez Távora, a ação da Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres e os estudos fundamentais de Teixeira de Freitas. Reconhecemos que lhes sobravam razões, se considerarmos agora, Senhores, em linhas muito gerais porém gritantes, pelo realismo cruel, nossa gravíssima situação econômica e financeira, ameaçadora e difícil, desnordeando o entendido mais arguto com o emaranhado perturbador de seus reflexos na economia e na vida social e política do País.

Novas improvisações serão praticadas, novas tentativas, novos fracassos. A eterna reprodução de erros, pela aplicação simplista de fórmulas de combate aos efeitos, com o desprezo das causas mediatas e imediatas que produziram esse estado de coisas.

Cada vez que me dedico à análise e interpretação dos fenômenos da vida nacional, maior é minha certeza de que uma das origens fundamentais de nosso enfraquecimento econômico, de nossa desordem política, de nosso alarmante analfabetismo, da morbidade de nossas populações, da falta de solução para os nossos problemas vitais — é o esgotamento progressivo e sistemático do Município brasileiro no decorrer do período republicano.

Invertemos não só o sistema político que procurámos adaptar às nossas instituições, como anulámos, na prática, a beleza de seu idealismo e a forma construtiva e sábia que prevaleceu nos demais países onde foi adotado. Pensáramos que o simples formalismo jurídico, assegurando enfaticamente a autonomia municipal, fôsse o suficiente para que se tornassem efetivos todos os aspectos de vida que a autonomia exige.

Os limites de recursos a perceber e mais a pena de pagar bem caro pelo direito de percebê-los, tornaram um mito a liberdade de auto-determinação e reduziram o Município brasileiro a um estado de penúria que o incapacita para promover os mais elementares serviços públicos e muito mais para realizar, com seus próprios meios, obra e fixação, amparo e defesa de sua gente e de sua riqueza.

Já se tem demonstrado em inúmeros estudos estatísticos, em quadros elaborados com dados inofensíveis, a inominável política de absorção das rendas municipais.

Assumiram, União e Estados, por uma inversão do sistema federativo, o contrôle e a execução de todos os encargos que, por definição e sua natureza, deveriam ser função dos governos locais. Criaram um aparelho burocrático centralizado para execução dos programas traçados e para tanto reduziram ao mínimo as possibilidades municipais de desenvolvimento. Começou a obra lenta de sucção, não só de recursos, como de valores humanos. A vida municipal, estagnada não proporcionava meios suficientes à sua população. As Capitais cresciam para gáudio dos *estadistas* cuja capacidade administrativa se aferia pela abertura de avenidas ou construção de prédios suntuosos, porém nas mesmas Capitais. E o orgulho nacional se enchia de entusiasmo pela obra de seus dirigentes, embora a fome e a morte rondassem nossas portas e desaparecessem, por falta de elementares recursos de higiene preventiva, trezentas mil crianças anualmente. Tanto insistimos nos erros, que o problema já, agora, não é apenas do interior — o excesso de populações nas Capitais e o crescimento vertiginoso e desordenado destas estão a exigir, claramente, soluções que se não encontram de pronto.

A centralização de todos os recursos provenientes do trabalho do interior nas Capitais dos Estados e, como consequência, ainda mais na Capital do

País, só poderia produzir os deploráveis resultados que se traduzem no desconforto que estamos sentindo e que tende a aumentar na mesma proporção em que se robustecem os fatores próprios da concentração.

As indústrias destinadas a manter uma vida de prazeres e luxo, e que são normalmente as mais lucrativas, cresceram e se multiplicaram nas metrópoles. As demais igualmente nelas se reuniram, em busca de maiores mercados de consumo. O ensino secundário e o superior, também concentrados nas Capitais, atraíram a juventude.

Além disso, favoreceram a concentração: as grandes construções; a burocracia, rendosa e fácil; os negócios imobiliários; as atrações naturais dos grandes centros; e, ainda, com seu cortejo de misérias morais, o jôgo, que no Brasil chegou a eliminar os últimos resquícios de pudor de muitos homens públicos, os quais transformaram a roleta e o vício em fonte de renda sob o pretexto de atender, com o produto dessa criminoso exploração, a obras de caráter social...

Os cassinos deslumbrantes e o *pif-paf*, ainda que em modestos lares, simbolizam uma época e comprometem os destinos de um povo.

A mim me estarrece e angustia a imprudência dessa loucura nacional. Já os primeiros rumores, prenunciadores das grandes revoltas desordenadas em seus ímpetos, se anunciam ameaçadores e temíveis, só não os sentindo a mentalidade embotada e inconsciente dos opiadados pelo poder ou pela fortuna frágil da inflação.

Não tivemos ouvidos para ouvir as grandes vozes que desde Ruy profligavam as devastações morais e materiais contra o patrimônio espiritual e as energias criadoras da nacionalidade. Atinge proporções alarmantes nossa inadvertência em todos os campos de atividade e não sei, Senhores, até onde nos levará essa dança macabra por sobre os abismos em que nos comprazemos a experimentar as virtudes de equilíbrio e de fortaleza espiritual de nosso povo.

As tênues reações já são um sinal de decadência e de amolecimento das chamadas elites dirigentes, envolvidas, também, na rede das atrações superficiais. Urge uma reação, uma contra-marcha enérgica e decidida, apoiada num movimento de opinião, sem partidanismos e ideologias separadores, em campo comum de sentimento e ação, mortas

as paixões e desprezadas as divergências que, no fundo, nada valem quando se trata de um problema de salvação nacional, que requer compreensão e vigilância patrióticas.

Façamos, corajosamente, um exame de consciência uma análise em profundidade e extensão, em todos os setores da vida nacional-político, social e econômico. Mensuremos cuidadosamente nossos valores, procuremos, com o emprêgo dos métodos de investigação histórica, as causas de nossos males e, na base da experiência obtida, lealmente, sem intuítos inferiores, sem preconceitos, retiremos dos ensinamentos do passado e do presente as normas para reconstruir, restaurar e refazer, sólidamente, uma vida nacional que mereça ser vivida.

Percamos o horror à análise, ao exame e à pesquisa. Abandonemos o vêzo da improvisação apressada. Estudemos nosso meio, nosso homem, nossas virtudes, nossos erros. Tenhamos a coragem de confessar nossa pobreza e corrigir, pela aplicação de recursos adequados, ainda que drásticos, nossas deficiências.

Há vários problemas de base cuja solução deixaria completamente resolvidos inúmeros outros, que lhes são tão somente reflexos. Para êsses todos os esforços devem convergir. Está entre êles, como fundamental, o da organização da vida dos Municípios, em bases racionais, de forma a lhes permitir uma natural evolução pela perfeita ordenação das atividades políticas, econômicas e sociais.

Como executar, praticamente, um programa de tal magnitude? Eis ao que se propõe a futura Associação Brasileira dos Municípios, cujas bases lança a Comissão que hoje se instala, convocando todos os Prefeitos e todos os municipalistas para que, solidarizados, decidam sobre a objetivação dos ideais que nos congregam e tomem a seu cargo os grandes destinos da patriótica entidade.

Ponto central e de alcance imediato é o da discriminação das rendas que deve ser estabelecida clara e definitivamente na carta constitucional. Se essa vitória do bom senso não fôr obtida, nada se terá feito em prol do Brasil; será, sem dúvida, o mesmo que deixá-lo ao sabor do vendaval que se aproxima, violento, exposto à desgraça de golpes e revoluções periódicas.

Todo programa de construção política que se não afirmar por uma ação consciente de revigora-

mento do interior do País está fadado ao fracasso e à desmoralização. E se cada ato não se inspirar no princípio elementar de dar renda ao Município, para que êle resolva por si só seus problemas, se a União não fixar sàbiamente as grandes diretrizes nacionais e se o Estado faltar às suas funções elevadas e nobres de orientação, vigilância e fiscalização, exercidas com o intuito de "adaptar as leis gerais às peculiaridades locais", na expressão feliz de Juarez Távora, não teremos então compreendido, na pureza de seus postulados, na realidade de sua significação, o sistema federativo.

Já em palestra proferida em 24 de outubro de 1945, no Círculo de Estudos Municipais, demonstrei a penosa situação em que se encontram as rendas municipais no Brasil e dizia então: "Não haverá de certo problema de maior importância para a estruturação de uma obra política objetiva no País do que a da fixação da vida municipal. Nenhum o sobrepuja em significação, porque êle, na essência e na generalidade de seus aspectos, é o problema básico da organização nacional.

Anulando, como anulámos, os meios de existência dos Municípios, pela sangria fiscal, destruimos sua capacidade de viver e produzir. Com o extorquir suas rendas retirámos sua possibilidade de manter serviços e de fixar ou atrair homens empreendedores. Seus elementos humanos mais inteligentes, dispostos ou aptos a qualquer iniciativa, abandonam o interior em busca de meio onde melhor desenvolvam suas atividades.

O encantamento pelas fórmulas superficiais fez criar no Brasil, em certo tempo, a mística da autonomia estadual e municipal. Para o Estado, realmente, em sentido mais utilitário que ideológico, manteve-se vivo o sentimento de defesa; quanto ao Município, todavia, a fórmula ficou para as tiradas oratórias em fases eleitorais ou de sentido retórico, sem fundamento efetivo. Era a liberdade na miséria".

Hoje, que se encontra em pleno funcionamento a Assembléa Constituinte, essas expressões aumentam de importância e oportunidade, e, para fortalecer os argumentos, bastará que ampliemos as tabelas estatísticas que revelam a gravidade da situação, ou lhes acrescentemos outras de igual sentido.

As cifras do quadro abaixo indicam a posição dos Municípios no quadro das arrecadações totais do País.

RECEITAS PÚBLICAS

MILHÕES DE CRUZEIROS

| ANOS | TOTAL | UNIÃO | % | ESTADOS | % | MUNICÍPIOS | % | DISTRITO FEDERAL | % |
|---------|--------|-------|----|---------|----|------------|----|------------------|---|
| 1925/29 | 3 508 | 1 970 | 56 | 1 047 | 30 | 341 | 10 | 150 | 4 |
| 1930 | 3 276 | 1 678 | 51 | 1 016 | 31 | 386 | 12 | 196 | 6 |
| 1931 | 3 504 | 1 753 | 50 | 1 155 | 33 | 413 | 12 | 183 | 5 |
| 1932 | 3 472 | 1 751 | 50 | 1 142 | 33 | 396 | 11 | 183 | 6 |
| 1933 | 3 839 | 2 078 | 54 | 1 133 | 30 | 419 | 11 | 209 | 5 |
| 1934 | 4 455 | 2 520 | 57 | 1 251 | 28 | 437 | 10 | 247 | 5 |
| 1935 | 5 054 | 2 723 | 54 | 1 624 | 32 | 420 | 8 | 287 | 6 |
| 1936 | 5 835 | 3 127 | 54 | 1 814 | 31 | 607 | 10 | 287 | 5 |
| 1937 | 6 270 | 3 462 | 55 | 1 819 | 29 | 673 | 11 | 316 | 5 |
| 1938 | 6 870 | 3 880 | 57 | 1 860 | 27 | 702 | 10 | 428 | 6 |
| 1939 | 7 331 | 3 795 | 52 | 2 192 | 30 | 940 | 13 | 404 | 5 |
| 1940 | 7 691 | 4 036 | 52 | 2 295 | 30 | 937 | 12 | 423 | 6 |
| 1941 | 8 237 | 4 046 | 49 | 2 684 | 33 | 1 002 | 12 | 505 | 6 |
| 1942 | 9 045 | 4 377 | 48 | 2 951 | 33 | 1 063 | 12 | 655 | 7 |
| 1943 | 12 071 | 5 443 | 45 | 4 645 | 38 | 1 098 | 9 | 885 | 7 |
| 1944 | 15 410 | 7 366 | 48 | 5 766 | 37 | 1 261 | 8 | 1 016 | 7 |

Para atender à extensão quase total do território e, em consequência, às necessidades de 84,36% da população nacional (excluída já a população das Capitais dos Estados e dos novos Territórios), os recursos mal atingem 7% (6,9) das arrecadações nacionais, como se infere dos dados nos quadros n.º 2 e 3 anexos.

Só o Distrito Federal arrecada quase o dobro de quanto percebem os 1.552 Municípios do interior do Brasil!

O quadro anterior é de uma clareza edificante; por ele se pode perceber a velocidade de crescimento das rendas do Distrito Federal, expressa em curva semelhante às das arrecadações das outras Capitais.

Esse fenômeno precisa ser melhor estudado, analisado e ponderado para que se tenha uma idéia segura de suas consequências e reflexos na economia e nos problemas sociais do Brasil. Ele revela, de saída, aquela absurda concentração de valores que, por seu turno, cresce na mesma proporção em que diminuem as possibilidades do interior.

Vejamos algumas sínteses estatísticas para elucidar o fenômeno. O quadro das arrecadações do imposto de giro comercial, no exercício de 1944, segundo os dados do Conselho Técnico de Economia e Finanças (acrescidos de algumas estima-

tivas minhas, para completá-los), com referência não só aos Estados como às Capitais, se presta a análises múltiplas. Sendo o referido tributo um índice de tôdas as atividades mercantis e mesmo industriais, confirma as nossas asserções, sobre quanto o interior se empobrece e exaure, mesmo nos grandes Estados:

GIRO COMERCIAL NO BRASIL EM 1944

Na Região Norte a percentagem do giro das Capitais é de 73,2%, sendo que Manaus se representa por 88,7%; na Região Nordeste, 52,0%, cabendo a maior percentagem a Recife, com 60,7%, em relação ao total do Estado; na Região Este, 44,47, atribuindo-se o máximo da arrecadação a Salvador, com 55,5%; na Região Sul as Capitais recolhem 49,2%, cabendo à Capital de São Paulo 56,3%, e a Florianópolis apenas 7,1%, o mínimo arrecadado por uma Capital, em referência ao Estado respectivo; na Região Centro-Oeste, a média das Capitais atingiu 11,5%. A arrecadação do imposto de giro comercial, que, no conjunto das Capitais, subiu a 47,8% do total do País, ultrapassaria 50%, se incluídos, no Distrito Federal, os 40% da União nele arrecadados. Conseqüentemente, metade das transações mercantis de todo o País se concentra em vinte e um de seus centros de atividade!

PERCENTAGEM DA CONTRIBUIÇÃO DAS CAPITALS EM
RELAÇÃO AO TOTAL DO PAÍS

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | ESTADO | CAPITAL | % |
|--------------------------|---------------|------------|------|
| BRASIL..... | 140 424 470 | 67 166 330 | 47,8 |
| Região Norte..... | 1 986 392 | 1 455 801 | 73,2 |
| Acre..... | — | — | — |
| Amazonas..... | 510 825 | 453 454 | 88,7 |
| Pará..... | 1 475 567 | 1 002 347 | 67,9 |
| Região Nordeste..... | 12 532 432 | 6 527 678 | 52,0 |
| Maranhão..... | 738 840 | 340 246 | 46,0 |
| Piauí..... | (1) 450 000 | 100 566 | 22,3 |
| Ceará..... | 1 516 714 | 827 796 | 54,5 |
| Rio Grande do Norte..... | 735 736 | 385 024 | 52,3 |
| Paraíba..... | 1 519 379 | 352 947 | 23,2 |
| Pernambuco..... | 6 455 120 | 3 923 615 | 60,7 |
| Alagoas..... | 1 116 643 | 597 484 | 53,5 |
| Região Este..... | 45 654 588 | 20 272 754 | 44,4 |
| Sergipe..... | 644 357 | 281 281 | 43,6 |
| Bahia..... | 4 231 500 | 2 350 457 | 55,5 |
| Minas Gerais..... | 9 514 929 | 1 821 330 | 19,1 |
| Espírito Santo..... | 1 511 571 | 483 974 | 32,0 |
| Rio de Janeiro..... | 5 732 483 | 923 872 | 16,1 |
| Distrito Federal..... | (2) 24019 748 | 14 411 840 | 59,9 |
| Região Sul..... | 78 619 891 | 38 721 113 | 49,2 |
| São Paulo..... | 58 893 857 | 33 161 143 | 56,3 |
| Paraná..... | (1) 3 600 000 | 1 177 790 | 32,7 |
| Santa Catarina..... | 2 739 000 | 195 363 | 7,1 |
| Rio Grande do Sul..... | 13 387 034 | 4 186 817 | 31,2 |
| Região Centro-Oeste..... | 163 167 | 188 984 | 11,5 |
| Goiás..... | (1) 900 000 | 100 729 | 11,1 |
| Mato Grosso..... | 731 167 | 88 255 | 12,0 |

(1) Estimativa.

(2) Calculado sobre a base da arrecadação federal, cabendo 60% ao Distrito Federal.

O movimento bancário do Brasil faz-se, em sua quase totalidade, ou sejam cerca de 90%, nas Capitais, concorrendo o Distrito Federal e São Paulo com mais de 72% do movimento dos empréstimos e 71% de depósitos totais.

A indústria de transformação acusa a mesma tendência de concentração dos demais fatores da economia nacional. Os dados apurados pelo Censo de 1940, e expostos na tabela abaixo, evidenciam de tal forma o fenômeno, que quase dispensam a análise descritiva. Para 29.219 estabelecimentos destinados à transformação de matérias primas, registrados em todo o território nacional, 10.749, ou 36,8%, se localizam nas Capitais; 7.730 estão situados no Distrito Federal e na Capital de São Paulo. Só na Região Sul do País se concentram 16.139 estabelecimentos desse tipo de indústria, isto é, mais do dobro dos existentes em todo o território nacional. 71,1% dos capitais realizados na indústria de transformação situam-se nas Ca-

pitais das Unidades da Federação. A Capital de São Paulo e o Distrito Federal concentram..... 2.261.222 mil cruzeiros contra 3.865.974 mil cruzeiros atribuídos a toda a República, ou sejam 50,8% do total.

Podeis bem avaliar decorridos cinco anos de profundas alterações na indústria brasileira, estimulada pela guerra e, mais ainda, pela inflação desordenada, como esses índices se desenvolveram em sentido quase vertical. Daí o segredo de muitos fenômenos para cuja explicação se procuram causas que não passam de meros efeitos.

Os notáveis estudos já dados a público pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística representam um subsídio explêndido para o apercebimento do alarmante fenômeno de concentração que ameaça seriamente não só o país como São Paulo e o próprio Distrito Federal, traduzindo-se nos problemas que aí estão a desafiar a argúcia e o bom senso dos homens de governo.

O quadro anexo n.º 1 revela os dados apurados pela operação censitária de 1940 nos três ramos de atividades mercantil — varejo, atacado e misto. Eles, como os anteriores, produtos das mesmas causas, põem em relêvo da concentração, nas metrópoles, dos valores econômicos do País. Os limites desta palestra não comportam a interpretação expositiva de seus dados. Peço, entretanto, vossa atenção para as seguintes e expressivas cifras: dos 152.612 estabelecimentos comerciais com atividade efetiva em 1939, 41.609 se situavam nas Capitais; o Distrito Federal e a Capital de São Paulo possuíam 22.673 desses estabelecimentos, ou mais do dobro dos das outras Capitais. As vendas efetuadas no mesmo ano atingiram, em todo o País, o montante de 33.477.266 mil cruzeiros, sendo que somente as Capitais concorreram com 22.054.142 mil cruzeiros, ou sejam 65,9% do total. O Distrito Federal e a Capital de São Paulo, somados alcançaram 20.513.182 mil cruzeiros, o que indica que esses dois centros efetuaram 61% das vendas mercantis no País e reuniram 93% dessas mesmas operações realizadas em todas as Capitais das Unidades da Federação. (anexo 1).

Vejamos agora algumas das conseqüências mais vivas da desordem econômica e financeira que esse excesso de centralização produziu e que encontrou, no ambiente inflacionário, o clima propício para seu pleno desenvolvimento:

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E CAPITAL REALIZADO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO OS DADOS DO RECENSEAMENTO GERAL DE 1940

DADOS PRELIMINARES

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS | | | CAPITAL REALIZADO EM 1 000 CRUZEIROS | | |
|--------------------------|----------------------------|----------|-------|--------------------------------------|-----------|-------|
| | Estados | Capitais | % | Estados | Capitais | % |
| BRASIL..... | 29 219 | 10 749 | 36,8 | 3 865 974 | 2 749 453 | 71,1 |
| Região Norte..... | 647 | 410 | 63,4 | 58 825 | 48 665 | 82,7 |
| Acre..... | 19 | 8 | 42,1 | 1 777 | 613 | 34,5 |
| Amazonas..... | 158 | 124 | 78,5 | 18 741 | 15 623 | 83,4 |
| Pará..... | 470 | 278 | 59,2 | 38 307 | 32 429 | 84,7 |
| Região Nordeste..... | 2 813 | 735 | 26,1 | 248 983 | 124 900 | 50,2 |
| Maranhão..... | 133 | 74 | 55,6 | 14 675 | 12 307 | 83,9 |
| Piauí..... | 67 | 22 | 32,8 | 1 386 | 1 057 | 76,3 |
| Ceará..... | 353 | 59 | 16,7 | 17 913 | 11 681 | 65,2 |
| Rio Grande do Norte..... | 267 | 61 | 22,8 | 3 375 | 1 330 | 39,4 |
| Paraíba..... | 339 | 86 | 25,4 | 10 651 | 2 641 | 24,8 |
| Pernambuco..... | 1 227 | 349 | 28,4 | 162 382 | 84 584 | 52,1 |
| Alagoas..... | 427 | 84 | 19,7 | 38 600 | 11 299 | 29,3 |
| Região Este..... | 9 353 | 4 282 | 45,8 | 1 629 380 | 1 268 667 | 77,9 |
| Sergipe..... | 201 | 39 | 19,4 | 20 565 | 3 989 | 19,4 |
| Bahia..... | 1 017 | 250 | 24,6 | 89 277 | 42 403 | 47,5 |
| Minas Gerais..... | 2 939 | 289 | 9,8 | 243 504 | 54 856 | 22,5 |
| Espírito Santo..... | 294 | 68 | 17,3 | 5 982 | 3 148 | 52,6 |
| Rio de Janeiro..... | 1 339 | 173 | 12,9 | 133 390 | 27 609 | 20,7 |
| Distrito Federal..... | 3 463 | 3 463 | 100,0 | 1 136 662 | 1 136 662 | 100,0 |
| Região Sul..... | 16 139 | 5 269 | 32,7 | 1 923 053 | 1 305 833 | 67,9 |
| São Paulo..... | 9 251 | 4 267 | 46,1 | 1 405 837 | 1 124 650 | 80,0 |
| Paraná..... | 1 378 | 372 | 27,0 | 84 322 | 43 267 | 51,3 |
| Santa Catarina..... | 1 413 | 44 | 3,1 | 98 742 | 2 496 | 2,5 |
| Rio Grande do Sul..... | 4 097 | 586 | 14,3 | 334 152 | 135 510 | 40,6 |
| Região Centro-Oeste..... | 267 | 53 | 19,8 | 5 732 | 1 388 | 24,2 |
| Goiaz..... | 141 | 27 | 19,1 | 2 019 | 375 | 28,5 |
| Mato Grosso..... | 126 | 26 | 20,6 | 3 713 | 813 | 21,9 |

1. criação de uma indústria artificial, em sua quase generalidade, e o pequeno desenvolvimento da técnica de produção, indústria aquela que só pode subsistir sob o protecionismo alfandegário e em regime de inflação creditório;

2. sensível diminuição da produção, primária, principalmente de gêneros destinados à alimentação (quadros anexos);

3. deslocamento em massa da mão de obra operária agrícola para a indústria e conseqüente elevação dos salários (quadro anexo n.º 4);

4. desequilíbrio profundo entre os valores da produção de matérias primas e da produção industrial de um lado, e os de gêneros de alimentação, de outro: enquanto que, no ano de 1944, e em referência à média de 1925/29, as matérias primas e os produtos manufaturados foram produ-

zidos em valores superiores ao sêxtuplo, a produção de gêneros alimentares não alcançou sequer o dôbro (anexos 5, 6, 9 e 10);

5. enfraquecimento do mercado interno, cuja capacidade de absorção se mantém em franco declínio, quando êle seria a válvula de segurança e o ponto de apoio do desenvolvimento da economia nacional;

6. diminuição ou estagnação do volume físico da produção e da circulação ou, pelo menos, falta de correspondência com o vertiginoso aumento dos valores (vejam-se os índices da produção e da circulação, anexo 5);

7. rápido crescimento de todos os índices representativos dos valores — arrecadação pública, giro comercial, empréstimos e depósitos bancários, meio circulante e potencial monetário, enquanto os índices do volume físico da produção e da circulação e a área cultivada se mantêm estacionários em sua quase totalidade (vejam-se os índices dos valores dos principais aspectos econômicos e financeiros do Brasil e o quadro da área cultivada e do rendimento médio (anexos 9, 9, e 10);

8. índices alarmantes da queda da qualidade e quantidade da produção *per capita*, elevação contínua dos salários e, em progressão ainda maior, crescimento do custo da vida, esbôçando-se, no momento, a ameaça de falta do essencial para a alimentação do povo (anexo 8);

9. no campo social, greves, mal-estar, empobrecimento da maioria afrontada pelos requintes de luxo daqueles que se aproveitaram da inflação; jôgo e prostituição — eis os corolários tristes e fatais do estado a que chegámos;

10. no setor do ensino, o quadro das proporções dos alfabetizados de 10 anos e mais, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação, em confronto com as dos Municípios das Capitais e os do interior, põe a descoberto a dolorosa realidade que temos a enfrentar (anexo 11).

Êsse é o panorama, em linhas muito gerais, da situação do Brasil no início de uma nova fase da vida do País, infelizmente plena de apreensões e de dificuldades. Grave, profundamente grave; produto de êrros que se acumularam e que não foram evitados nem previstos em seus tremendos efeitos; obra

centenária de imprevidências, imprecisões e tumultos que se somaram no tempo e no espaço; legado doloroso que a nossa geração não soube, não quis ou não teve capacidade para enfrentar e resolver. Se não tivermos força espiritual e qualidades excepcionais de amor e desvêlo pelo Brasil, veremos em nossas próprias mãos desfazer-se e aniquilar-se a Pátria que nossa imaginação criou imperecível e esplêndida e que, na maturidade, pensáramos entregar a nossos filhos, magnífica em sua grandeza, prestigiada, rica e nobre, Pátria onde o indivíduo, qualquer que fôsse sua condição, teria, na relatividade das coisas humanas, ensêjo de viver vida livre e feliz.

Não descri e não descreio das virtudes de nosso povo. Na dor, como na alegria, êle é capaz de enfrentar sacrifícios e manter íntegra a noção do dever. Na brandura de seu caráter, nas reservas de suas qualidades morais, nos impulsos de seu temperamento, no amor à sua terra e às suas tradições, no espírito ingênuo de suas revelações de arte, na sua capacidade de adaptação e improvisação, na sua inteligência e bom senso, podem confiar seus dirigentes, se homens capazes e dignos, moderados e firmes, sem preconceitos estreitos e inúteis, sem excessos partidários ou ideológicos, que dividem, afastam e anulam os espaços que devem ser comuns. E vós, Senhores, movidos por um ideal nobre, generoso e humano, tendes a responsabilidade de uma grande missão. O Brasil vos confia a maior de tôdas as tarefas de sua história — a tarefa da Organização Nacional. As palavras de Alberto Tôrres, sempre vivas e atuais, marcadas por aquêle senso de realismo que caracterizava seu grande espírito, devem ser aqui lembradas como guia para nossa conduta: "Nosso problema é o problema de nossa organização; e a primeira coragem de que nos cumpre dar provas, é a da longa, máscula e paciente tenacidade, necessária para empreender e sustentar com vigor e inteligência o esforço múltiplo e vagaroso da construção de nossa sociedade. E' uma obra de arquitetura política, mas de uma arquitetura destinada a edificar um colossal e singular edifício, que deve viver, mover-se, crescer e progredir e que incumbe à nossa geração".

ESTABELECIMENTOS REENSENTEADOS EM 1º DE SETEMBRO DE 1940, COM DISCRIMINAÇÃO, DO CAPITAL APLICADO, EMPREGADOS E MOVIMENTOS DOS ESTABELECIMENTOS NO ANO DE 1939, SEGUNDO AS PORCENTAGENS NAS RESPECTIVAS CAPITAIS DOS ESTADOS

| ESTADOS DA FEDERAÇÃO | ANO DE 1939 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|----------------------------|----------|------------------|--------------------|-----------------------|-------------|---------|--------------------------------|-------|--------------------|-----------------------|--------|--------------------|-----------------------|-------|------------|------------|-------|
| | EM 1º DE SETEMBRO DE 1940 | | | | | ANO DE 1939 | | | | | | | | | | | | |
| | NUMERO DE ESTABELECIMENTOS | | CAPITAL APLICADO | | | EMPREGADOS | | ESTABELECIMENTOS COM ATIVIDADE | | SALÁRIOS | | VENDAS | | | | | | |
| | Total | Capitais | % | Total (Cr\$ 1.000) | Capitais (Cr\$ 1.000) | % | Total | Capitais | % | Total (Cr\$ 1.000) | Capitais (Cr\$ 1.000) | % | Total (Cr\$ 1.000) | Capitais (Cr\$ 1.000) | % | | | |
| BRASIL..... | 185 253 | 49 644 | 26,8 | 9.454.307 | 5.364.000 | 56,1 | 237 503 | 132 314 | 55,7 | 152 612 | 41 609 | 27,3 | 898.684 | 650.569 | 73,4 | 33.477.286 | 22.054.142 | 65,9 |
| Região Norte..... | 8 294 | 3 024 | 36,5 | 310 914 | 204 722 | 65,8 | 12 715 | 5 323 | 41,9 | 6 900 | 2 479 | 35,9 | 29.715 | 19.612 | 66,0 | 918.874 | 7.218 | 76,4 |
| Acre..... | 563 | 130 | 23,1 | 18.757 | 3.002 | 16,1 | 4 316 | 1 350 | 30,9 | 503 | 116 | 23,1 | 3.576 | 898 | 24,3 | 48.155 | 12.444 | 25,8 |
| Amazonas..... | 2 182 | 890 | 40,8 | 98.762 | 63.402 | 64,3 | 4 164 | 1 602 | 38,5 | 1 826 | 696 | 38,1 | 10.056 | 6.643 | 66,1 | 363.185 | 291.528 | 80,3 |
| Pará..... | 5 549 | 2 004 | 36,1 | 183.395 | 136.268 | 74,3 | 7 535 | 3 382 | 44,9 | 4 571 | 1 667 | 36,5 | 16.083 | 12.101 | 75,2 | 507.534 | 398.214 | 78,5 |
| Região Nordeste..... | 37 452 | 8 194 | 21,9 | 1.057.874 | 552.991 | 52,3 | 46 731 | 13 524 | 29,0 | 3 562 | 6 352 | 17,7 | 71.756 | 49.787 | 69,3 | 3.451.052 | 2.215.947 | 64,2 |
| Maranhão..... | 3 773 | 587 | 15,6 | 60.772 | 41.144 | 67,7 | 3 240 | 1 237 | 38,2 | 3 005 | 1 484 | 49,4 | 3.397 | 3.315 | 61,4 | 232.357 | 146.313 | 63,0 |
| Piauí..... | 2 674 | 396 | 14,8 | 80.452 | 21.554 | 26,8 | 1 673 | 334 | 20,0 | 2 099 | 209 | 10,0 | 3.855 | 871 | 22,6 | 216.562 | 31.401 | 14,4 |
| Ceará..... | 10 044 | 2 219 | 22,1 | 182.894 | 81.717 | 44,7 | 4 634 | 1 988 | 42,9 | 7 947 | 1 583 | 19,9 | 11.202 | 6.904 | 61,6 | 493.110 | 280.947 | 57,0 |
| Rio Grande do Norte..... | 3 102 | 435 | 14,0 | 103.369 | 51.108 | 49,4 | 1 820 | 803 | 44,1 | 2 455 | 332 | 13,5 | 5.218 | 2.980 | 57,1 | 275.466 | 150.006 | 54,4 |
| Paraná..... | 4 648 | 836 | 18,0 | 124.331 | 45.125 | 36,3 | 2 729 | 790 | 28,9 | 3 816 | 642 | 16,8 | 6.511 | 2 807 | 43,1 | 444.709 | 187.165 | 42,1 |
| Pernambuco..... | 6 613 | 2 816 | 42,6 | 404.047 | 298.830 | 73,9 | 10 591 | 7 176 | 67,8 | 2 368 | 2 368 | 100,0 | 34.168 | 28.899 | 84,6 | 1.568.021 | 1.279.339 | 81,2 |
| Alagoas..... | 3 598 | 911 | 25,3 | 72.009 | 40.803 | 56,5 | 2 244 | 1 196 | 53,3 | 2 984 | 634 | 21,2 | 5.406 | 4.061 | 75,1 | 220.557 | 140.946 | 63,8 |
| Região Leste..... | 67 532 | 20 710 | 30,7 | 3.749.802 | 2.898.884 | 77,3 | 100 785 | 67 494 | 67,0 | 54 728 | 17 400 | 32,0 | 409.014 | 350.165 | 85,6 | 12.080.424 | 9.720.361 | 81,0 |
| Sergipe..... | 2 023 | 510 | 25,2 | 53.010 | 30.283 | 57,1 | 1 275 | 673 | 52,8 | 1 676 | 415 | 24,8 | 2.871 | 2.280 | 79,4 | 137.391 | 62.826 | 45,7 |
| Bahia..... | 14 442 | 2 707 | 18,7 | 512.817 | 303.496 | 59,2 | 14 992 | 6 930 | 46,3 | 11 150 | 2 131 | 19,1 | 55.502 | 23.956 | 43,1 | 1.302.448 | 626.839 | 48,1 |
| Minas Gerais..... | 23 981 | 1 643 | 6,8 | 785.237 | 144.969 | 18,5 | 20 691 | 4 570 | 22,1 | 19.506 | 1 530 | 7,8 | 44.173 | 15.648 | 35,4 | 1.646.044 | 474.879 | 28,8 |
| Espírito Santo..... | 3 047 | 480 | 15,7 | 113.588 | 44.723 | 39,4 | 2 861 | 988 | 34,5 | 2 418 | 346 | 14,3 | 8.316 | 4.760 | 57,2 | 236.116 | 136.116 | 57,6 |
| Rio de Janeiro..... | 9 746 | 1 103 | 11,3 | 253.659 | 44.109 | 17,4 | 8 835 | 1 973 | 22,3 | 7 867 | 907 | 11,5 | 20.092 | 5.461 | 27,2 | 763.419 | 189.852 | 24,4 |
| Distrito Federal..... | 14 293 | 14 923 | 100,0 | 2.031.544 | 2.031.544 | 100,0 | 52 131 | 52 131 | 100,0 | 12 331 | 12 331 | 100,0 | 298.000 | 298.000 | 100,0 | 7.820.819 | 7.802.819 | 100,0 |
| Região Sul..... | 68 425 | 17 212 | 25,2 | 4.164.394 | 1.892.550 | 45,4 | 83 910 | 45 586 | 54,4 | 57 578 | 14 940 | 26,0 | 351.608 | 238.902 | 68,0 | 16.784.157 | 9.278.186 | 55,0 |
| São Paulo..... | 41 188 | 12 649 | 30,7 | 2.733.904 | 1.390.796 | 50,9 | 60 647 | 33 618 | 55,4 | 34 584 | 11 342 | 32,8 | 270.796 | 152.258 | 56,2 | 12.710.363 | 7.518.781 | 59,2 |
| Paraná..... | 5 186 | 1 211 | 23,4 | 236.639 | 91.220 | 38,5 | 4 506 | 2 252 | 50,0 | 14.241 | 1 030 | 7,3 | 14.412 | 2.645 | 18,3 | 508.114 | 318.113 | 62,6 |
| Santa Catarina..... | 4 370 | 396 | 9,1 | 165.505 | 25.553 | 15,4 | 5 118 | 643 | 12,6 | 3 718 | 326 | 8,8 | 14.412 | 2.645 | 18,3 | 450.200 | 63.700 | 14,1 |
| Rio Grande do Sul..... | 17 671 | 2 656 | 15,0 | 1.028.286 | 385.191 | 37,5 | 23 639 | 9 073 | 38,4 | 14 979 | 2 242 | 15,0 | 82.159 | 45.059 | 54,8 | 3.055.422 | 1.446.422 | 47,3 |
| Região Centro-Oeste..... | 3 550 | 488 | 14,0 | 171.323 | 24.553 | 14,3 | 3 162 | 987 | 31,2 | 2 814 | 278 | 10,0 | 6.591 | 1.103 | 17,0 | 202.759 | 37.462 | 18,4 |
| Goiás..... | 1 896 | 188 | 10,0 | 72.152 | 9.841 | 13,6 | 1 287 | 118 | 9,2 | 1 407 | 128 | 9,1 | 2.423 | 625 | 25,7 | 79.296 | 10.111 | 12,7 |
| Mato Grosso..... | 1 714 | 310 | 18,1 | 99.171 | 15.012 | 15,1 | 1 875 | 289 | 15,4 | 1 407 | 280 | 19,9 | 4.168 | 480 | 11,5 | 183.463 | 27.351 | 14,9 |

RECEITA MUNICIPAL — 1942*

| REGIÕES FISIOGRAFICAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO | NÚMERO DE MUNICÍ- PIOS | RECEITA MUNICIPAL EM CR\$ 1.000 | | | | | ARRECADAÇÃO MÉDIA POR MUNICÍPIO (CR\$ 1.000) | |
|--|---------------------------------|------------------------------------|---------------|------|---------------------------------------|---------------|--|---------------------------------------|
| | | Total | Da Capital | % | Dos Municí- pios do interior | % | Total | Dos Municí- pios do interior |
| | | (a) | (b) | (c) | $\frac{c}{b}$ | $\frac{d}{b}$ | $\frac{b}{a}$ | $\frac{d}{a-1}$ |
| BRASIL..... | 1 574 | 1 062 919 | 450 557 | 42,4 | 612 362 | 57,6 | 675 | 394 |
| NORTE..... | 88 | 45 693 | 21 632 | 47,3 | 24061 | 52,7 | 519 | 283 |
| Acre..... | 7 | 2 314 | 570 | 24,6 | 1 744 | 75,4 | 331 | 2,1 |
| Amazonas..... | 28 | 10 752 | 5 094 | 47,4 | 5 658 | 52,1 | 384 | 2,9 |
| Pará..... | 53 | 32 627 | 15 968 | 48,9 | 16 659 | 51,1 | 616 | 3 0 |
| NORDESTE..... | 392 | 112 370 | 50 795 | 45,2 | 61575 | 54,8 | 287 | 160 |
| Maranhão..... | 65 | 9 815 | 5 249 | 53,5 | 4 565 | 46,5 | 151 | 71 |
| Piauí..... | 47 | 8 623 | 1 488 | 17,2 | 7 135 | 82,8 | 183 | 155 |
| Ceará..... | 79 | 17 034 | 9 305 | 54,6 | 7 729 | 45,4 | 216 | 99 |
| Rio Grande do Norte.... | 42 | 7 479 | 2 519 | 33,7 | 4 960 | 66,3 | 178 | 121 |
| Paraíba..... | 41 | 12 022 | 2 316 | 19,3 | 9 706 | 80,7 | 293 | 243 |
| Pernambuco..... | 85 | 40 006 | 25 998 | 55,3 | 21 008 | 44,7 | 553 | 249 |
| Alagoas..... | 33 | 10 392 | 3 920 | 37,7 | 6 472 | 62,3 | 315 | 202 |
| ESTE..... | 562 | 301 960 | 112 485 | 37,2 | 189 475 | 62,8 | 537 | 340 |
| Sergipe..... | 42 | 7 242 | 3 288 | 45,4 | 3 954 | 54,6 | 172 | 96 |
| Bahia..... | 150 | 62 876 | 29 096 | 46,3 | 33 780 | 53,7 | 419 | 233 |
| Minas Gerais..... | 288 | 159 123 | 59 813 | 37,6 | 99 310 | 62,4 | 553 | 346 |
| Espírito Santo..... | 32 | 11 584 | 4 269 | 36,8 | 7 316 | 63,2 | 362 | 236 |
| Rio de Janeiro..... | 50 | 61 135 | 16 030 | 26,2 | 45 115 | 73,8 | 1 223 | 921 |
| SUL..... | 451 | 582 385 | 263 196 | 45,1 | 319 189 | 54,9 | 1 291 | 714 |
| São Paulo..... | 270 | 373 562 | 204 273 | 54,7 | 169 289 | 45,3 | 1 384 | 629 |
| Paraná..... | 49 | 29 564 | 15 563 | 52,6 | 17 001 | 47,4 | 603 | 354 |
| Santa Catarina..... | 44 | 20 943 | 1 889 | 9,2 | 19 054 | 91,8 | 476 | 443 |
| Rio Grande do Sul..... | 88 | 158 316 | 44 471 | 28,1 | 113 845 | 71,9 | 1 799 | 1 308 |
| CENTRO-OESTE..... | 81 | 20 511 | 2 449 | 11,9 | 18 062 | 88,1 | 253 | 229 |
| Goiaz..... | 53 | 12 822 | 1 695 | 13,2 | 11 127 | 86,8 | 242 | 214 |
| Mato Grosso..... | 28 | 7 689 | 754 | 9,8 | 6 935 | 91,2 | 275 | 256 |

* Excluído o Distrito Federal pelas condições especiais que regem a sua competência tributária.

RECEITA MUNICIPAL
RECEITA MÉDIA E CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO A RECEITA TOTAL

1942

| REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES FEDERATIVAS | NUM DE MUNICÍ PIOS | RECEITA MÉDIA | | NUMERO DE MUNICÍPIOS, DISTRIBUIDOS SEGUNDO CLASSES DE RECEITA Unidade: Cr\$ 1 000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------------------------|------------------|---------------------------------|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------------|
| | | Gral | Excl. sive a capi- tal | 0 | 50 | 100 | 150 | 200 | 300 | 400 | 500 | 600 | 700 | 800 | 900 | 1 000 | 1 200 | 1 500 | 2 000 | 3 000 | 3 000 | Acima de 0 000 |
| | | | | 50 | 100 | 150 | 200 | 300 | 400 | 500 | 600 | 700 | 800 | 900 | 1 000 | 1 200 | 1 500 | 2 000 | 3 000 | 3 000 | 3 000 | 3 000 |
| Região Norte..... | 88 | 519 | 283 | 2 | 5 | 16 | 9 | 27 | 10 | 7 | 4 | 1 | 3 | 1 | — | — | 1 | — | — | 1 | 1 | |
| Acre..... | 7 | 331 | 291 | — | — | — | — | 3 | 3 | — | 1 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | |
| Amazonas..... | 28 | 384 | 209 | 2 | 3 | 3 | 5 | 11 | — | 1 | 1 | 1 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | |
| Pará..... | 53 | 616 | 320 | — | 2 | 13 | 4 | 11 | 7 | 6 | 2 | — | 3 | 1 | — | — | 1 | — | — | — | — | |
| Região Nordeste..... | 392 | 287 | 160 | 8 | 105 | 74 | 42 | 41 | 15 | 8 | 4 | 1 | 4 | 1 | 2 | 1 | 1 | 2 | 3 | 3 | 1 | |
| Maranhão..... | 65 | 151 | 71 | 29 | 24 | 5 | 3 | 2 | 1 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | |
| Piauí..... | 47 | 185 | 155 | 15 | 14 | 8 | 2 | 3 | 2 | — | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 | 1 | — | — | |
| Ceará..... | 79 | 216 | 99 | 24 | 31 | 12 | 4 | 4 | 2 | — | — | — | 1 | — | — | — | — | — | 1 | 1 | — | |
| Rio Grande do Norte..... | 42 | 178 | 121 | 9 | 16 | 6 | 4 | 4 | — | — | 1 | — | 1 | — | — | — | — | — | 1 | — | — | |
| Paraíba..... | 41 | 263 | 243 | 1 | 6 | 14 | 8 | 4 | 3 | 3 | — | — | — | — | — | — | — | — | 2 | — | — | |
| Pernambuco..... | 85 | 553 | 249 | 4 | 12 | 19 | 16 | 16 | 5 | 3 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | — | — | 1 | — | — | 1 | |
| Alagoas..... | 33 | 315 | 202 | 2 | 2 | 10 | 5 | 8 | 2 | 2 | 1 | — | 1 | — | — | — | — | — | — | 1 | — | |
| Região Leste..... | 562 | 537 | 340 | 24 | 102 | 116 | 68 | 81 | 56 | 33 | 17 | 14 | 5 | 5 | 8 | 6 | 5 | 6 | 4 | 8 | 3 | |
| Sergipe..... | 42 | 172 | 96 | 12 | 18 | 4 | 4 | 1 | 1 | 1 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 1 | — | |
| Bahia..... | 150 | 419 | 233 | 8 | 52 | 37 | 12 | 15 | 9 | 7 | — | — | 4 | 1 | — | — | 2 | — | 1 | 1 | — | |
| Minas Gerais..... | 288 | 552 | 346 | 2 | 18 | 65 | 43 | 53 | 39 | 18 | 15 | *9 | 4 | 3 | 5 | 2 | 4 | 3 | 2 | 1 | 1 | |
| Espírito Santo..... | 32 | 362 | 236 | 2 | 7 | 4 | 6 | 7 | 2 | — | 1 | 1 | — | — | — | — | — | 1 | — | 1 | — | |
| Rio de Janeiro..... | 50 | 1 223 | 921 | — | 7 | 6 | 3 | 5 | 5 | 7 | 1 | — | — | 2 | 3 | 2 | 1 | 2 | 1 | 4 | 1 | |
| Região Sul..... | 451 | 1 291 | 714 | 15 | 47 | 56 | 29 | 55 | 48 | 32 | 30 | 17 | 22 | 12 | 12 | 17 | 8 | 18 | 20 | 11 | 5 | |
| São Paulo..... | 270 | 1 324 | 629 | 14 | 38 | 40 | 21 | 37 | 24 | 14 | 16 | 9 | 8 | 8 | 5 | 8 | 1 | 9 | 10 | 6 | 2 | |
| Paraná..... | 45 | 603 | 354 | — | 5 | 12 | 7 | 6 | 8 | 3 | 2 | 1 | — | — | 1 | — | 1 | — | 2 | — | 1 | |
| Santa Catarina..... | 44 | 476 | 443 | 1 | 4 | 4 | 1 | 10 | 4 | 4 | 8 | — | 2 | — | — | 1 | — | 3 | — | — | — | |
| Rio Grande do Sul..... | 88 | 1 799 | 1 303 | — | — | — | — | 2 | 12 | 11 | 4 | 7 | 12 | 4 | 4 | 6 | 6 | 5 | 8 | 5 | 2 | |
| Região Centro-Oeste..... | 81 | 253 | 229 | 17 | 11 | 12 | 11 | 10 | 7 | 5 | 2 | 1 | 1 | — | — | 1 | 1 | 1 | 1 | — | — | |
| Goiás..... | 53 | 242 | 214 | 11 | 6 | 4 | 11 | 7 | 5 | 4 | 2 | 1 | — | — | — | 1 | — | 1 | — | — | — | |
| Mato Grosso..... | 28 | 275 | 256 | 6 | 5 | 8 | — | 3 | 2 | 1 | — | — | 1 | — | — | — | 1 | — | 1 | — | — | |
| BRASIL *..... | 1 574 | 675 | 394 | 142 | 276 | 274 | 159 | 214 | 136 | 85 | 57 | 34 | 35 | 19 | 22 | 25 | 16 | 26 | 28 | 23 | 10 | |

* Excluído, Distrito Federal. A média da receita, incluindo-se o D. F. alcança o total de Cr\$ 1.091.000,00.

SALÁRIO

II — SALÁRIO NA INDÚSTRIA

3 — DISTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS, SEGUNDO O SALÁRIO — 1937, 1942 e 1944

| CLASSE DE SALARIO (Cr\$) | 1 9 3 7 | | 1 9 4 2 | | 1 9 4 4 | |
|-----------------------------|---------|-----------|---------|-----------|-----------|-----------|
| | NÚMERO | Por 1 000 | NÚMERO | Por 1 000 | NÚMERO | Por 1 000 |
| Até 100..... | 128 601 | 2 256 | 119 954 | 1 309 | 84 646 | 627 |
| 100 a 199..... | 207 364 | 3 638 | 259 127 | 2 828 | 220 075 | 1 629 |
| 200 a 299..... | 122 146 | 2 143 | 232 125 | 2 533 | 276 813 | 2 045 |
| 300 a 399..... | 59 868 | 1 050 | 128 815 | 1 406 | 249 164 | 1 845 |
| 400 a 499..... | 27 141 | 476 | 70 877 | 774 | 202 771 | 1 501 |
| 500 a 599..... | 10 735 | 188 | 37 786 | 412 | 131 356 | 973 |
| 600 a 699..... | 4 837 | 85 | 21 123 | 231 | 64 202 | 475 |
| 700 a 799..... | 2 493 | 44 | 11 959 | 131 | 36 858 | 273 |
| 800 a 899..... | 1 923 | 34 | 8 568 | 94 | 23 607 | 175 |
| 900 a 999..... | 828 | 15 | 4 451 | 49 | 13 185 | 98 |
| 1 000 a 1 099..... | 1 285 | 23 | 5 238 | 58 | 12 508 | 97 |
| 1 100 a 1 199..... | 286 | 5 | 2 094 | 23 | 5 407 | 40 |
| 1 200 a 1 299..... | 583 | 10 | 2 550 | 28 | 6 033 | 45 |
| 1 300 a 1 399..... | 160 | 3 | 1 372 | 15 | 3 099 | 23 |
| 1 400 a 1 499..... | 158 | 3 | 1 088 | 12 | 2 032 | 15 |
| 1 500 a 1 599..... | 468 | 8 | 1 869 | 20 | 3 984 | 29 |
| 1 600 a 1 699..... | 98 | 2 | 866 | 9 | 1 417 | 10 |
| 1 700 a 1 799..... | 80 | 1 | 726 | 8 | 1 153 | 9 |
| 1 800 a 1 899..... | 74 | 1 | 728 | 8 | 1 184 | 9 |
| 1 900 a 1 999..... | 25 | 0 | 457 | 5 | 546 | 4 |
| 2 000 e mais..... | 838 | 15 | 4 370 | 47 | 10 546 | 78 |
| TOTAL..... | 569 991 | 10 000 | 916 233 | 10 000 | 1 350 586 | 10 000 |

ÍNDICES DOS VALORES DA PRODUÇÃO E DA CIRCULAÇÃO BRASILEIRA

1925-29 = 100

| A N O S | PRODUÇÃO PRIMÁRIA | | | Pro- dução indus- trial | SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS | | | MATÉRIAS PRIMAS | | | MANUFATURAS | | |
|--------------|-------------------|---------------------------------------|-------------------------|----------------------------------|--------------------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| | Total | Substân- cias alimenti- cias | Maté- rias primas | | Impor- tação | Expor- tação | Cabo- tagem | Impor- tação | Expor- tação | Cabo- tagem | Impor- tação | Expor- tação | Cabo- tagem |
| 1925-29..... | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1930..... | 100 | 102 | 79 | 72 | 83 | 76 | 73 | 84 | 83 | 79 | 58 | 198 | 71 |
| 1931..... | 76 | 74 | 86 | 78 | 66 | 92 | 73 | 69 | 80 | 93 | 42 | 201 | 79 |
| 1932..... | 82 | 82 | 80 | 80 | 54 | 73 | 87 | 58 | 43 | 93 | 35 | 97 | 77 |
| 1933..... | 95 | 93 | 107 | 99 | 63 | 80 | 85 | 79 | 54 | 108 | 59 | 72 | 88 |
| 1934..... | 105 | 97 | 165 | 111 | 66 | 84 | 86 | 88 | 129 | 113 | 73 | 176 | 104 |
| 1935..... | 112 | 100 | 192 | 141 | 94 | 93 | 97 | 130 | 188 | 139 | 118 | 144 | 125 |
| 1936..... | 135 | 119 | 243 | 180 | 122 | 100 | 117 | 136 | 276 | 164 | 128 | 218 | 138 |
| 1937..... | 142 | 122 | 278 | 201 | 129 | 97 | 137 | 12 | 314 | 180 | 168 | 363 | 152 |
| 1938..... | 149 | 129 | 290 | 254 | 112 | 103 | 129 | 165 | 289 | 177 | 171 | 260 | 148 |
| 1939..... | 150 | 129 | 292 | 294 | 86 | 106 | 142 | 164 | 352 | 202 | 170 | 685 | 161 |
| 1940..... | 151 | 126 | 318 | 304 | 100 | 88 | 140 | 184 | 324 | 239 | 151 | 1 870 | 175 |
| 1941..... | 171 | 143 | 360 | 373 | 103 | 101 | 154 | 203 | 491 | 340 | 173 | 5 317 | 230 |
| 1942..... | 190 | 157 | 414 | 412 | 108 | 108 | 171 | 176 | 463 | 371 | 133 | 16 114 | 236 |
| 1943..... | 236 | 188 | 560 | 534 | 144 | 131 | 195 | 207 | 453 | 401 | 92 | 24 746 | 259 |
| 1944..... | 240 | 182 | 630 | 606 | 230 | 171 | 305 | 265 | 590 | 511 | 231 | 23 013 | 386 |

ÍNDICES DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA

| A N O S | T O N E L A D A S | | | V A L O R | | |
|-----------|-------------------|-------------------------|--------------------|-----------|-------------------------|--------------------|
| | Total | Gêneros alimentícios | Matérias primas | Total | Gêneros alimentícios | Matérias primas |
| 1925-29 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1930..... | 111 | 113 | 103 | 100 | 102 | 79 |
| 1931..... | 112 | 113 | 107 | 76 | 74 | 86 |
| 1932..... | 122 | 125 | 107 | 82 | 82 | 80 |
| 1933..... | 128 | 128 | 128 | 95 | 93 | 107 |
| 1934..... | 130 | 126 | 159 | 97 | 97 | 165 |
| 1935..... | 136 | 131 | 177 | 112 | 100 | 192 |
| 1936..... | 140 | 130 | 316 | 135 | 119 | 243 |
| 1937..... | 144 | 130 | 245 | 142 | 122 | 278 |
| 1938..... | 149 | 133 | 269 | 149 | 129 | 290 |
| 1939..... | 149 | 132 | 273 | 150 | 129 | 292 |
| 1940..... | 146 | 125 | 296 | 151 | 126 | 318 |
| 1941..... | 158 | 133 | 336 | 171 | 143 | 360 |
| 1942..... | 155 | 131 | 323 | 190 | 157 | 414 |
| 1943..... | 163 | 134 | 368 | 236 | 188 | 560 |
| 1944..... | 152 | 125 | 352 | 240 | 182 | 630 |

ÁREA CULTIVADA, TONELAGEM PRODUZIDA, RENDIMENTO E VALOR
MÉDIO POR Ha DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

1930 = 100

| ANOS | ÁREA CULTIVADA 1 000 HA | ÍNDICES | TONELADA PRODUZIDA 1 000 | ÍNDICES | VALOR MILHÕES DE CRUZEIROS | ÍNDICES | RENDIMENTO MÉDIO P/HA KG | ÍNDICES | VALOR MÉDIO P/HA CR\$ | ÍNDICES |
|-----------|----------------------------|---------|-----------------------------|---------|-------------------------------|---------|--------------------------------|---------|--------------------------|---------|
| 1930..... | 11 200 | 100 | 33 794 | 100 | 6 693 | 100 | 3 017 | 100 | 596,5 | 100 |
| 1931..... | 10 008 | 89 | 32 633 | 97 | 4 451 | 67 | 3 261 | 108 | 444,7 | 75 |
| 1932..... | 11 338 | 101 | 32 689 | 97 | 5 085 | 76 | 2 883 | 96 | 448,4 | 75 |
| 1933..... | 12 449 | 111 | 33 703 | 100 | 5 505 | 82 | 2 707 | 90 | 444,2 | 74 |
| 1934..... | 12 346 | 110 | 35 638 | 105 | 5 654 | 84 | 2 887 | 96 | 457,9 | 77 |
| 1935..... | 12 891 | 115 | 34 518 | 102 | 5 432 | 81 | 2 678 | 89 | 421,3 | 71 |
| 1936..... | 12 858 | 115 | 36 911 | 109 | 6 527 | 98 | 2 871 | 95 | 507,6 | 86 |
| 1937..... | 13 245 | 118 | 33 729 | 100 | 6 488 | 97 | 2 547 | 84 | 489,8 | 82 |
| 1938..... | 13 967 | 125 | 36 232 | 107 | 6 764 | 101 | 2 594 | 86 | 484,2 | 81 |
| 1939..... | 13 839 | 124 | 40 410 | 120 | 6 430 | 96 | 2 920 | 97 | 464,6 | 78 |
| 1940..... | 12 914 | 115 | 41 784 | 124 | 6 046 | 90 | 3 236 | 107 | 468,1 | 78 |
| 1941..... | 13 320 | 119 | 42 622 | 126 | 6 910 | 103 | 3 200 | 106 | 518,7 | 87 |
| 1942..... | 12 333 | 110 | 42 514 | 126 | 7 227 | 108 | 3 447 | 114 | 585,9 | 98 |
| 1943..... | 13 833 | 124 | 44 243 | 131 | 9 072 | 136 | 3 198 | 106 | 655,8 | 110 |
| 1944..... | 13 200 | 118 | 42 391 | 125 | 8 461 | 126 | 3 211 | 106 | 640,9 | 107 |

PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS DESTINADOS À
ALIMENTAÇÃO, POPULAÇÃO CONSUMO "PER CAPITA" NO BRASIL

1925 a 1944

| A N O S | PRODUÇÃO TONELADAS (22 PRODUTOS) | IMPORTAÇÃO TONELADAS | EXPORTAÇÃO TONELADAS | PRODUÇÃO P+I-E=C TONELADAS | POPULAÇÃO | CONSUMO "PER CAPITA" kg |
|--------------|-------------------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------------|------------|----------------------------|
| 1925/29..... | 14 369 952 | 1 000 462 | 1 269 949 | 14 100 465 | 34 075 980 | 414 |
| 1930..... | 16 218 514 | 948 948 | 1 580 657 | 15 586 505 | 35 684 300 | 437 |
| 1931..... | 16 235 983 | 931 105 | 1 726 326 | 15 440 762 | 36 232 900 | 426 |
| 1932..... | 17 906 678 | 853 946 | 1 327 869 | 17 432 755 | 36 789 800 | 474 |
| 1933..... | 18 435 075 | 993 769 | 1 555 936 | 17 872 908 | 37 355 400 | 478 |
| 1934..... | 18 061 488 | 986 523 | 1 559 943 | 17 488 068 | 37 929 600 | 461 |
| 1935..... | 18 798 491 | 1 002 803 | 1 926 473 | 17 874 821 | 38 572 600 | 463 |
| 1936..... | 18 646 250 | 1 052 161 | 1 959 654 | 17 738 757 | 39 104 600 | 454 |
| 1937..... | 18 641 878 | 1 057 333 | 1 874 117 | 17 825 094 | 39 705 700 | 449 |
| 1938..... | 19 098 369 | 1 163 711 | 2 371 508 | 17 890 572 | 40 316 100 | 444 |
| 1939..... | 19 001 644 | 1 085 503 | 2 318 351 | 17 768 796 | 40 935 800 | 434 |
| 1940..... | 18 010 188 | 958 247 | 1 742 655 | 17 225 780 | 41 565 083 | 414 |
| 1941..... | 19 177 541 | 992 902 | 1 270 289 | 18 900 154 | 42 204 000 | 448 |
| 1942..... | 18 801 250 | 1 012 719 | 975 907 | 18 838 800 | 42 852 800 | 440 |
| 1943 1)..... | 19 157 057 | 1 121 925 | 1 083 326 | 19 195 656 | 43 180 300 | 441 |
| 1944 2)..... | 17 701 352 | 1 378 158 | 1 412 368 | 17 667 142 | 44 180 300 | 400 |

1) Dados sujeitos a retificação

2) Estimativa preliminar

VALORES DOS PRINCIPAIS ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS DO BRASIL

— Milhões de cruzeiros —

| | 1925/29 | 1930/ | 1935/39 | 1940 | 1941 | 1942 | 1943 | 1944 | 1940/44 |
|----------------------------------|----------|----------|----------|--------|--------|-----------|-----------|------------|---------|
| 1 — PRODUÇÃO INDUSTRIAL..... | 4 123 | 3 630 | 8 808 | 12 515 | 15 370 | 1) 17 000 | 1) 22 000 | 1) 25 000 | 18 377 |
| 2 — PRODUÇÃO PRIMÁRIA (a+b)..... | 8 975 | 8 196 | 12 353 | 13 572 | 15 354 | 17 083 | 21 197 | 21 571 | 17 755 |
| a) Substâncias alimentícias..... | 7 804 | 6 986 | 9 346 | 9 831 | 11 141 | 12 244 | 14 645 | 14 196 | 12 412 |
| b) Matérias primas..... | 1 171 | 1 210 | 3 007 | 3 741 | 4 213 | 4 839 | 6 552 | 7 375 | 5 343 |
| 3 — TOTAL DA PRODUÇÃO (1+2)..... | 13 098 | 11 826 | 21 161 | 26 087 | 30 724 | 34 083 | 43 197 | 46 571 | 36 132 |
| 4 — CIRCULAÇÃO (a+b+c+d)..... | 12 657 | 9 987 | 17 780 | 19 802 | 25 319 | 29 654 | 38 570 | 51 750 | 33 019 |
| a) Importação..... | 3 316 | 2 068 | 4 724 | 4 964 | 5 514 | 4 693 | 6 162 | 7 967 | 5 860 |
| b) Exportação..... | 3 737 | 3 024 | 4 961 | 4 961 | 6 726 | 7 500 | 8 729 | 10 727 | 7 728 |
| c) Cabotagem..... | 2 804 | 2 395 | 3 995 | 4 877 | 6 256 | 6 641 | 7 340 | 11 056 | 7 234 |
| d) Vias internas..... | 1) 2 800 | 1) 2 500 | 1) 4 100 | 5 000 | 6 823 | 10 820 | 16 339 | 1) 22 000 | 12 196 |
| 5 — GIRO COMERCIAL..... | 38 000 | 35 000 | 45 211 | 61 558 | 74 497 | 88 214 | 113 205 | 1) 140 424 | 95 580 |
| 6 — RENDAS PÚBLICAS (a+b+c)..... | 3 508 | 3 709 | 6 272 | 7 691 | 8 237 | 9 045 | 12 071 | 15 410 | 10 491 |
| a) Federal..... | 1 970 | 1 956 | 3 397 | 4 036 | 4 946 | 4 377 | 5 445 | 7 366 | 5 053 |
| b) Estadual..... | 1 047 | 1 139 | 1 862 | 2 295 | 2 684 | 2 951 | 4 645 | 5 766 | 3 668 |
| c) Municipal..... | 491 | 614 | 1 013 | 1 360 | 1 507 | 1 718 | 1 983 | 2 278 | 1 769 |
| 7 — EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS..... | 4 934 | 6 582 | 9 058 | 12 837 | 15 894 | 18 206 | 28 757 | 41 328 | 23 404 |
| 8 — DEPÓSITOS (a+b)..... | 4 836 | 6 488 | 9 820 | 13 714 | 16 532 | 21 541 | 31 571 | 40 950 | 24 862 |
| a) A vista..... | 3 443 | 4 605 | 7 353 | 9 411 | 11 015 | 15 138 | 22 719 | 28 336 | 17 344 |
| b) A prazo..... | 1 395 | 1 882 | 2 467 | 4 303 | 5 517 | 6 403 | 8 853 | 12 516 | 7 518 |
| 9 — CAIXA..... | 888 | 889 | 969 | 1 093 | 1 337 | 2 108 | 2 439 | 2 800 | 1 955 |
| 10 — MEIO CIRCULANTE..... | 3 015 | 3 059 | 4 402 | 5 185 | 6 647 | 8 238 | 10 981 | 14 457 | 9 102 |
| 11 — POTENCIAL MONETÁRIO..... | 5 569 | 6 760 | 10 765 | 13 503 | 16 325 | 21 268 | 31 260 | 40 092 | 24 490 |

1) Estimativa

ÍNDICES DOS VALORES DOS PRINCIPAIS ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

1925/29 = 100

| | 1925/29 | 1930/34 | 1935/39 | 1940 | 1941 | 1942 | 1943 | 1944 | 1940/44 |
|----------------------------------|---------|---------|---------|------|------|------|------|------|---------|
| 1 — PRODUÇÃO INDUSTRIAL..... | 100 | 88 | 214 | 304 | 373 | 412 | 336 | 606 | 446 |
| 2 — PRODUÇÃO PRIMÁRIA (a+b)..... | 100 | 91 | 138 | 151 | 171 | 190 | 236 | 240 | 198 |
| a) Substâncias alimentícias..... | 100 | 90 | 120 | 126 | 143 | 157 | 188 | 182 | 159 |
| b) Matérias primas..... | 100 | 103 | 257 | 318 | 360 | 414 | 560 | 630 | 456 |
| 3 — TOTAL DA PRODUÇÃO (1+2)..... | 100 | 90 | 162 | 199 | 235 | 260 | 330 | 356 | 276 |
| 4 — CIRCULAÇÃO (a+b+c+d)..... | 100 | 79 | 140 | 156 | 200 | 234 | 305 | 409 | 261 |
| a) Importação..... | 100 | 62 | 142 | 150 | 16 | 140 | 186 | 240 | 176 |
| b) Exportação..... | 100 | 81 | 106 | 133 | 180 | 201 | 234 | 287 | 207 |
| c) Cabotagem..... | 100 | 85 | 142 | 174 | 223 | 237 | 262 | 399 | 259 |
| d) Vias internas..... | 100 | 89 | 146 | 179 | 244 | 386 | 584 | 786 | 436 |
| 5 — GIRO COMERCIAL..... | 100 | 92 | 119 | 162 | 196 | 232 | 298 | 369 | 252 |
| 6 — RENDAS PÚBLICAS (a+b+c)..... | 100 | 106 | 179 | 219 | 235 | 258 | 344 | 439 | 299 |
| a) Federal..... | 100 | 99 | 173 | 205 | 205 | 222 | 276 | 374 | 257 |
| b) Estadual..... | 100 | 109 | 178 | 219 | 256 | 282 | 444 | 557 | 350 |
| c) Municipal..... | 100 | 125 | 206 | 278 | 307 | 350 | 404 | 464 | 360 |
| 7 — EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS..... | 100 | 133 | 184 | 260 | 322 | 369 | 583 | 838 | 474 |
| 8 — DEPÓSITOS (a+b)..... | 100 | 134 | 203 | 283 | 342 | 445 | 547 | 846 | 514 |
| a) A vista..... | 100 | 134 | 214 | 273 | 320 | 440 | 660 | 826 | 504 |
| b) A prazo..... | 100 | 135 | 177 | 308 | 395 | 459 | 634 | 897 | 359 |
| 9 — CAIXA..... | 100 | 100 | 109 | 123 | 151 | 237 | 278 | 315 | 220 |
| 10 — MEIO CIRCULANTE..... | 100 | 101 | 146 | 172 | 221 | 273 | 364 | 480 | 302 |
| 11 — POTENCIAL MONETÁRIO..... | 100 | 121 | 193 | 242 | 293 | 382 | 561 | 720 | 440 |

**PERCENTAGEM DA ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS,
EM 1.º DE SETEMBRO DE 1940**

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | PROPORÇÃO DAS PESSOAS QUE SABEM LER E ESCREVER SÔBRE 100 | | |
|--------------------------|---|--------------------------------|-------------------------------|
| | Nas Unidades | Nos Municípios das capitais | Nos Municípios do Interior |
| BRASIL..... | 43,0 | 71,1 | 36,9 |
| Acre..... | 38,4 | 42,6 | 37,8 |
| Amazonas..... | 41,6 | 67,3 | 32,6 |
| Pará..... | 45,8 | 75,1 | 36,8 |
| Maranhão..... | 23,9 | 67,9 | 20,2 |
| Piauí..... | 22,0 | 38,6 | 20,3 |
| Ceará..... | 29,8 | 64,5 | 26,2 |
| Rio Grande do Norte..... | 30,4 | 61,5 | 27,8 |
| Paraíba..... | 23,6 | 51,5 | 21,5 |
| Pernambuco..... | 28,3 | 67,4 | 21,7 |
| Alagoas..... | 22,0 | 58,9 | 17,6 |
| Sergipe..... | 29,9 | 65,2 | 25,0 |
| Bahia..... | 27,0 | 70,9 | 23,0 |
| Minas Gerais..... | 38,0 | 81,8 | 36,4 |
| Espírito Santo..... | 45,8 | 72,9 | 43,9 |
| Rio de Janeiro..... | 47,9 | 78,3 | 45,1 |
| Distrito Federal..... | 81,8 | 81,8 | — |
| São Paulo..... | 57,4 | 48,8 | 50,8 |
| Paraná..... | 48,6 | 84,0 | 43,4 |
| Santa Catarina..... | 56,2 | 64,9 | 55,8 |
| Rio Grande do Sul..... | 61,2 | 81,3 | 59,2 |
| Goiaz..... | 26,4 | 40,6 | 25,6 |
| Mato Grosso..... | 45,7 | 46,1 | 45,6 |